

O PROJETO DE EXTENSÃO ATUALIZAÇÃO CULTURAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Maria Leonice da Silva de Alencar (1); Renato Soares de Aquino (1); Sara do Nascimento Martins (2); Eliane da Conceição Oliveira Nunes (3); Almyr Carlos de Moraes Favacho (4)

1 Universidade Federal do Pará, Mestre em Serviço Social. Coordenadora do Programa de Extensão Universidade da Terceira Idade- UNITERCI. Email: leonicesil@hotmail.com

1 Universidade Federal do Pará. Assistente Social e Voluntário do Programa de Extensão Universidade da Terceira Idade- UNITERCI. Email: renato-s.a@hotmail.com

2 Universidade Federal do Pará. Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Extensão do Projeto Observatório de Combate a Violência Contra a Pessoa Idosa. Email: sara_martins18@hotmail.com

3 Universidade Federal do Pará. Graduanda em Serviço Social. Bolsista de Extensão do Projeto Corpo e Movimento e Qualidade de Vida na Terceira Idade. Email: eliane.nunex@hotmail.com

4 Universidade Federal do Pará. Mestre em Serviço Social. Coordenador do Projeto de Extensão Observatório de Combate a Violência Contra a Pessoa Idosa. Email: almyr@ufpa.br

Resumo do artigo: A violência contemporânea encontra-se culturalmente e socialmente enraizada em práticas antigas, engendrando um problema social que afeta os diversos segmentos da sociedade, principalmente os mais vulneráveis, ressalta-se a população idosa. Esse artigo objetivou analisar a contribuição do Projeto Atualização Cultural na terceira idade acerca do processo de empoderamento para o enfrentamento da violência contra o idoso. A metodologia foi pautada no materialismo histórico dialético, pesquisa bibliográfica, observação participante, levantamento e análise de dados. Constatou-se a contribuição do referido projeto para o empoderamento de idosos e idosas na reivindicação de seus direitos bem como, esse empoderamento possibilitou aos idosos o enfrentamento da violência em seu cotidiano, pois os mesmos começam a se enxergar como sujeitos de direitos e assim lutar contra os mais diversos tipos de violência amparados em ampla legislação.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso, Empoderamento, Violência, Extensão.

Introdução

A sociedade contemporânea ao longo de sua história apresenta várias transformações que causam impactos na sociedade dentre esses apontamos o envelhecimento mundial da população. O processo do envelhecimento perpassa por diferentes momentos históricos, de modo que varia a estratificação social e política de cada povo e sociedade. Dessa forma a sua construção como categoria é observada desde as civilizações mais antigas “clássicas”, até a sociedade contemporânea.

MAGALHÃES (1989, p.13) ressalta que:

Em cada sociedade e na mesma sociedade, em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidades, papéis e significados distintos em função do meio

ser rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional e de parentesco, da cultura, da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte.

Portanto, existem diferentes formas de vivenciar a velhice, pois, está associada com a cultura, a classe social, o estilo de vida, enfim, com os padrões estabelecidos. Atualmente, percebe-se que o envelhecimento, bem como a pessoa considerada velha vem perdendo espaço na sociedade, principalmente na sociedade capitalista, que preza pela força de trabalho, pela juventude, pela habilidade e agilidade, o que conseqüentemente, contribui para exclusão social das pessoas que não se encontram com essas “qualidades”. Minayo (2005) diz que a sociedade mantém e reproduz a ideia de que a pessoa vale o quanto produz e ganha, e por isso, os mais velhos, fora do mercado de trabalho, ganhando uma pequena aposentadoria, podem ser descartados: considerados inúteis ou um peso morto.

Desta forma percebe-se que há vários fatores que influenciam a forma de enxergar o (a) idoso (a) na sociedade, ou seja, os processos do envelhecimento sofrem influências não apenas do indivíduo, mas também da sociedade como um todo. Culturalmente, associou-se a velhice à improdutividade, à decadência, à doença, peso, inutilidade, gerando conseqüências negativas para essa parcela da população. Este fato influencia também o seu ambiente familiar, pois as famílias contemporâneas passaram por novas configurações, ocasionando assim que a imagem da velhice com respeito, admiração e detentor de conhecimentos, transforme-se em uma imagem preconceituosa, excludente, negativa, bem como associada às imagens de um ser incapaz, inativo e dependente.

Corroborando para tal discussão, nota-se que ao longo dos anos os estudos e pesquisas sobre a questão do envelhecimento ficaram esquecidos ou até mesmo não tiveram tanta visibilidade, o que fez com que esses estudos focassem apenas na infância e juventude, conhecidos como paidológicos. É a partir do século XX que o interesse pelo debate acadêmico sobre envelhecimento e gerontologia apareceram de fato, tonando-se tão relevantes, quanto o domínio dos assuntos referentes à infância, o envelhecimento e a velhice começaram a ser percebidos de diversas formas, pois deixou de lado os estudos voltados para a questão biológica e passou a ter visibilidade às questões psicológicas e socioculturais. Essa realidade se fez presente em quase todos os países, com destaque aos países desenvolvidos que vem estudando esse fenômeno ao longo dos séculos, por sua vez, os países em desenvolvimento- Brasil vem ocorrendo de forma intensa e de certo modo recente.

Nesse sentido MACHADO (2008 p.62) afirma:

A exemplo dos países desenvolvidos, o envelhecimento da população é um fenômeno presente no Brasil. O declínio verificado na taxa de natalidade e a maior esperança de vida em função de novas tecnologias vêm determinando essas mudanças, que trarão profundas implicações com a transição demográfica para o século XXI, o que implica dizer que o Brasil deixou de ser considerado um país jovem ou de jovens para se indicado como um país que está envelhecendo.

O processo do envelhecimento aliado à velhice têm tomado novos rumos e características, pois o Brasil desde a segunda metade do século XX, apresenta mudanças na pirâmide etária passando por uma transição demográfica- o chamado envelhecimento populacional. Nesse sentido TEIXEIRA (2008 p.21) afirma: “O crescimento da população de idosos e da longevidade, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial e está ocorrendo a um nível sem precedentes, atingindo todas as classes sociais”.

O envelhecimento populacional é marcado pela forte influência nos avanços tecnológicos na área da saúde, mudanças de hábitos, melhorias de infraestrutura, e conseqüentemente a ampliação das demandas sociais relacionadas à velhice. Como afirma Alencar (2008), quando mostra que o aumento da população idosa é decorrente de diversos fatores como os avanços de novas tecnologias na medicina, da ampliação das possibilidades de acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, mudanças nos hábitos alimentares e higiênicos, prática de atividades físicas, redução nos níveis de mortalidade infantil e baixa fecundidade.

Corroborando para tal crescimento vê-se que o Censo 2010 apresenta que 7,4% da população total têm mais de 65 anos, contra apenas 4,8% em 1991. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostra que o perfil etário brasileiro, em 2013, era de 26.279 pessoas idosas, e para 2025 a estimativa é crescente, com expectativa de 33 milhões de pessoas acima de 60 anos. No Pará, Região Norte do Brasil, segundo o censo 2010, da população total brasileira, 7.588.078 são residentes nesse Estado, destes, 535.135 habitantes são idosos, o que corresponde a um aumento de 50,1% se compararmos com o censo realizado em 2000. Em Belém, capital do Estado, o aumento foi equivalente a 46,2%, passando de 88.086 habitantes idosos no ano de 2000, para 129.929 em 2010. Assim, a expectativa de vida da população aumenta praticamente anualmente, percebe-se também que este crescimento não é exclusivo do Brasil.

Entende-se que o envelhecimento humano é um processo natural, universal, contínuo e irreversível, inerente a todos os seres humanos, com transformações biológicas, psicológicas e sociais, que se intensificam ao longo do tempo, onde se caracteriza por ser um processo heterogêneo e complexo. Nesta mesma perspectiva para Faleiros (2008) afirma que é necessário desconstruir a categoria velhice como homogênea, atentando para a desnaturalização desse

fenômeno, somente como um processo biológico isolado da análise da categoria econômica, social, política e, principalmente cultural. Nesse sentido (ASSIS, 2004, p11) diz:

O envelhecimento humano é um fato reconhecidamente heterogêneo, influenciado por aspectos socioculturais, políticos e econômicos, em interação dinâmica e permanente com a dimensão biológica e subjetiva dos indivíduos. Desta forma, a chegada da maturidade e a vivência da velhice podem significar realidades amplamente diferenciadas, da plenitude à decadência, da gratificação ao abandono, sobretudo em presença de extremas disparidades sociais e regionais como as que caracterizam o Brasil contemporâneo.

Mediante tal discussão observa-se que a velhice é uma etapa da vida, um ciclo natural, constituindo-se como uma experiência única e diferenciada, porém a sociedade tende a criar estereótipos pejorativos, evidenciando-se os aspectos negativos, ou seja, o velho é aquele sujeito que passa por muitas perdas, como a diminuição da resistência a doenças, mudanças corporais e a redução da força e da agilidade, isto é, um sujeito incapaz e improdutivo.

A partir desta realidade, onde se têm um dos maiores índices populacionais de idosos na sociedade contemporânea, surgem diversas expressões da questão social, onde Santana e Sena (2003, p. 45) ressaltam que com o crescente envelhecimento da população, começa a se formar, gradativamente, uma nova imagem sobre o envelhecer, atribuindo ao mesmo, novos significados e valores que se contrapõem àqueles criados e reproduzidos socialmente durante muito tempo. Tais expressões não dizem respeito apenas ao aumento da população idosa, pois na sociedade capitalista o fato de envelhecer passou também a ter uma conotação negativa, haja vista que a ideia que este sistema nos traz é de que o idoso não teria força suficiente para estar inserido no mundo do trabalho, logo, ficando assim à margem da sociedade e, além disso, suscetível as mais diversas problemáticas sociais.

Assim Teixeira (2008, p.31) relata:

O envelhecimento como problema social é correlato das reviravoltas econômicas que afetaram as estruturas familiares (como espaço de sociabilidade primária e de produção) ao expandirem a organização capitalista do trabalho que pressupõe expropriação dos meios de produção e do tempo de vida dos trabalhadores, inviabilizando sua sobrevivência sem o trabalho abstrato.

Nesse contexto, a violência torna-se uma expressão da questão social como fruto das novas dinâmicas que se instauram e vulnerabilidades específicas e se tornam mais frequentes e “novos” problemas sociais são apresentadas ao estado e às políticas públicas destacando-se a violência contra a pessoa idosa, de acordo com Araneda (2007, p. 21)

Durante os últimos anos têm aumentado consideravelmente o grau de sensibilidade social pelo fenômeno da violência e o maltrato. No princípio, a atenção foi focada na violência à

criança, depois na violência doméstica e recentemente tem despertado interesse o maltrato e negligência de que são vítimas as pessoas idosas.

A Organização Mundial da Saúde (2002) afirma que a violência é o uso proposital da força física ou do poder, real ou ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade em ocasionar lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação da liberdade. Portanto, essa definição de violência tem por objetivo uma ação cruel, sendo evidenciada por ações físicas, psíquicas contra alguém, onde também se define pela opressão e a intimidação. A violência sempre esteve presente em toda sociedade, independente de classe social, raça, gênero e outros, e as distinções e os tipos de violência mudam de acordo com os objetivos no qual se pretende alcançar.

Minayo (2005) em seus estudos sobre violência contra pessoa idosa evidencia tipos de violência presentes na sociedade, os quais são Violência física, Violência institucional, Violência intrafamiliar, Violência moral, Violência patrimonial, Violência psicológica e violência sexual. Comumente, observa-se que esse tipo de violências ocorre de modo velado no âmbito intrafamiliar e social, corroborando para a ocultação desta ação. Constituindo-se como uma problemática social, pois, a sociedade e o estado não estão preparados para lidar com as demandas desse segmento e culturalmente reproduzem preconceitos e estereótipos, discriminação e exclusão, o que reforça a prática da violência. Conforme mostra os dados do Disque 100 de 2016 ao fazer um levantamento sobre as denúncias apresentadas à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, ao fazer um levantamento comparativo dos anos 2015 e 2016 apresenta um acréscimo de 1,22% dos casos de violência contra a pessoa idosa, no caso em 2016 foram registradas 32.632 denúncias. No Norte do Brasil, especificamente no Estado o Pará está classificado na 14^o posição do ranking de denúncias por Estado. A partir disso para ressaltar a afirmação anterior, o maior índice de suspeitos à agressão é através da relação intrafamiliar, estimasse cerca de 54% das agressões por parte do filho e geralmente ocorrem em suas próprias casas em 86% dos casos, logo o perfil a vítima na maioria das vezes são mulheres somando 60% contra 29% homens, na faixa etária de 71 e 80 anos com 33% e comumente são pessoas idosas brancas.

Mediante aos expressivos índices dos mais diversos tipos de violência contra o idoso, se observa que a mesma caracteriza-se com uma expressão da questão social, havendo assim a necessidade em criações e implementações de políticas públicas e sociais voltadas para este segmento, tendo como marco regulatório a Constituição de 1988, e posteriormente a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Política Nacional do Idoso (PNI), bem como a Lei 10.741, considerado por muitos autores como uma união de todas as

conquistas que foram alcançadas nos decorrer dos anos e um dos maiores avanços para garantir e assegurar os direitos sociais de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Maio (2013) o Estatuto não só foi um marco jurídico e político importante, mas uma lei amplamente inovadora, além de protetiva deste grupo vulnerável, e que assegurou a efetivação de direitos: vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária, dentre outros.

ALMEIDA (2003) afirma que:

A função principal do Estatuto do idoso é funcionar como carta de direitos, fornecendo meios de controle do poder público em relação ao melhor tratamento do idoso e a verdadeira educação cidadã, no tocante ao respeito e à luta pela dignidade das pessoas com idade mais avançada em nosso País.

Mesmo com todas essas conquistas a população idosa ainda continua sendo vítima dos mais diversos tipos de violência e agressão (seja a família, a sociedade e até mesmo o Estado), fato noticiado diariamente nos meios de comunicação. Mediante a esta realidade observa-se o quão fundamental foram a criação de todas essas leis que protegem a população idosa, porém acabam se distanciando deste segmento social, visto que, muitos idosos desconhecem sobre seus direitos e as lei que os garantem. Acabam não se dando conta que são detentores de direitos e que podem lutar por eles ou contra qualquer tipo de violação.

É a partir dessa realidade que a UFPA em cumprimento a sua política de extensão, sob a coordenação da Faculdade de Serviço Social, desenvolve desde a década de 90 o Programa “Universidade da Terceira Idade”, com destaque para o Projeto “Atualização Cultural na Terceira Idade”, o qual visa oportunizar aos idosos participantes, o contato não apenas com o saber acadêmico, mas também com o ambiente universitário e suas múltiplas riquezas, além da convivência social possibilitando a convivência intergeracional, promovendo a reintegração do homem velho e da mulher velha na sociedade, permitindo troca de conhecimentos entre gerações e produção de conhecimento científico sobre o envelhecimento humano, o reconhecimento acerca de seus direitos, assim como, visa possibilitar o empoderamento de homens e mulheres a partir de 55 anos.

Vale destacar que o mesmo está em consonância com os Direitos Humanos, promovendo o direito à liberdade seja por raça, religião, política ou qualquer outra condição, sendo reconhecido qualquer pessoa perante a lei, desse modo fundamenta-se no Estatuto do Idoso, baseando-se na efetivação de suas diretrizes. Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à

pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

Deste modo o objetivo deste artigo é mostrar a contribuição das ações desenvolvidas pelo Projeto de Extensão “Atualização Cultural na Terceira Idade” não só, para o empoderamento da pessoa idosa no enfrentamento dessa expressão da questão social que é a violência contra o idoso, como também no exercício cotidiano da garantia de seus direitos.

Metodologia

A construção deste artigo teve como aporte teórico-metodológico, a abordagem crítico-dialético, pois para a autora Minayo (2009) a mesma tem como proposta analisar os contextos históricos, determinações socioeconômicas e as relações sociais. Este tipo de abordagem proposto por Marx permite uma compreensão ontológica do ser social, isto proporciona identificá-lo como um ser, real material, que está em constante mudança e, também, os contextos sociais e históricos no qual está inserido. Dessa forma, ao analisar as categorias do objeto de estudo, o método permite olhá-las não somente como particular, de um único ser ou grupo social, mas, sendo realidade na perspectiva de totalidade social.

A pesquisa utilizada consistirá em levantamento de dados estatísticos, observação participante, sistematização, interpretação e análise dos dados coletados, além de bibliográfica, documental e de campo com abordagem quantitativa e qualitativa, pois segundo Goldenberg (1997, p. 62) “permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular.” Vale salientar que os idosos participantes do Programa UNITERCI, pertencentes ao Projeto Atualização Cultural na Terceira Idade, turma 33º, do ano de 2016 foram o objeto de estudo desta pesquisa, o qual são homens e mulheres velhos com idade igual ou superior a 55 anos da região metropolitana de Belém.

Resultados e Discussão

O perfil dos idosos foi construído a partir da coleta de dados, da ficha de Inscrição da 33ª Turma do Projeto Atualização Cultural na Terceira idade, identificando as variáveis: sexo, faixa etária, escolaridade e situação previdenciária.

TABELA II - Distribuição dos Alunos Considerando Faixa Etária e Gênero

FAIXA ETÁRIA	MULHERES	%	HOMENS	%
55 a 60	11	21,15	01	12,5
61 a 65	17	32,70	02	25
66 a 70	15	28,85	02	25
71 a 75	08	15,40	02	25
76 a 80	01	1,90	01	12,5
TOTAL	52	100	08	100

Fonte: Documentos Institucionais. Perfil dos Idosos da 33ª Turma do Projeto Atualização Cultural da Terceira Idade. UNITERCI. 2016.

A tabela acima demonstra que as maiorias dos idosos, que estão no Projeto são pertencentes do sexo feminino o que corresponde a 86,65% do total da turma, enquanto que apenas 13% são do sexo masculino, reafirmando o fenômeno da “feminização da velhice” (Debert, 1999). Estes dados mostram que as mulheres estão buscando cada vez mais a sua participação nos espaços de sociabilidade e projetos voltados para o público idoso. Nunes (2000) explica porque a maioria das mulheres procuram atividades que possibilitem o exercício da liberdade, empoderamento, promovendo uma melhor qualidade de vida, devido que muitas foram privadas e/ou condicionadas, a princípios pelos pais, ou até mesmo pelo casamento assumindo funções de esposa e mãe. Sendo assim, as mulheres idosas, tem somando um número significativo nos grupos de convivência voltados para este segmento etário.

Os critérios para o cesso a inclusão ao Projeto Atualização Cultural na terceira Idade, são faixa etária, disponibilidade e interesse pelas temáticas propostas, observando que a idade mínima para participar do Programa de Extensão UNITERCI corresponde a partir dos 55 anos. Acerca da faixa etária dos participantes do Projeto vê-se que as idades entre 55 a 60 anos representam mais de 20% do total de idosos participantes do Projeto Atualização Cultural, porém a predominância de idosos ficou entre 61 a 70 anos o que totalizou 60% dos inscritos. Por meio desses números e dos dados estatísticos é verificado que a expectativa de vida dos idosos brasileiros tem aumentado trazendo consigo uma maior demanda para a criação de programas para a pessoa idosa, haja vista que a taxa de envelhecimento humano está aumentando e a de natalidade está reduzindo. Esses dados

comprovam que segundo o Censo Demográfico realizado em 2010, o percentual de idosos tem triplicado chegando 20,5 milhões de pessoas idosas o que soma a 11% da população total do país.

TABELA IV - Distribuição dos Alunos Considerando à Escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	MULHERES	%	HOMENS	%
Não alfabetizado	02	3,85	-	-
Ensino Fundamental incompleto	12	23,05	01	12,5
Ensino Fundamental Completo	01	1,90	02	25
Ensino Médio Incompleto	03	5,75	-	-
Ensino Médio Completo	27	51,90	01	12,5
Ensino Superior Incompleto	-	-	01	12,5
Ensino Superior Completo	07	13,45	03	37,5
TOTAL	52	100	08	100

Fonte: Documentos Institucionais. Perfil dos Idosos da 33ª Turma do Projeto Atualização Cultural da Terceira Idade. UNITERCI. 2016.

Com relação à escolaridade desses sujeitos, notou-se que a maioria apresenta ensino médio completo tendo como percentual 46,6%, percebeu-se que o nível de escolarização tem melhorado no país, comparado há décadas passadas. Identificou-se que 21,6% dos (as) idosos (as) possui o ensino fundamental incompleto, fato este ainda presente na realidade do nosso país e em países em desenvolvimento. Quando se trata da população idosa é oportuno ressaltar o descaso das políticas educacionais para com essa geração. Vale destacar que o projeto utiliza uma metodologia de fácil acesso para todos, logo esta não se caracteriza como um problema.

Partindo da construção deste perfil, bem como da avaliação final, realizada pela equipe do projeto, junto aos idosos participantes, pode-se salientar que as ações do referido Projeto de Extensão “Atualização Cultural na Terceira Idade”, contribuíram para o desenvolvimento e participação sócio-política dos idosos, novos conhecimentos e habilidades, inserção da comunidade universitária de forma interdisciplinar nas questões relacionadas ao envelhecimento humano, atingindo homens e mulheres velhos da região metropolitana de Belém, de diferentes classes sociais, a comunidade, profissionais e acadêmicos, fortalecendo a relação de intergeracionalidade entre o público alvo, promovendo o empoderamento do idoso sobre seus direitos e realidade social, incitando a participação de docentes, discentes e técnicos do Programa, como palestrantes em eventos acadêmicos de modo geral debatendo sobre a temática, na busca de conscientizar

profissionais, comunidades, familiares e a população idosa no enfrentamento da violência. No intuito de combatê-la, as ações do projeto buscaram a maior conscientização dos idosos sobre as mais diferentes temáticas, com destaque para seus direitos, participação social, conhecimento e divulgação da Lei 10.741, a instrumentalização e a capacitação de acadêmicos das diversas áreas do saber. Pautando-se e buscando garantir o que preconiza a CF/88, o Estatuto do Idoso, dentre outras políticas que “abraçam” este segmento social, possibilitando a articulação teoria e prática, em consonância com o tripé que se fundamenta a política da Universidade Federal do Pará, pesquisa, ensino e extensão, além do exercício do empoderamento do idoso no trato da questão da violência.

Constatou-se por meio dos relatos dos participantes no momento da avaliação final do projeto, como mencionando anteriormente, que os mesmos nunca sofreram violência física, porém já sofreram outras violências e conseguiram identificar como a psicológica, patrimonial, institucional e financeira, o qual, relatam que o projeto os auxiliaram a ampliar suas visões sobre a violência e a lutar e buscar amparo legal, principalmente em seus cotidianos, como por diversos relatos em situações em transportes coletivos, filas de banco, órgãos que violam seus direitos e etc. relataram ainda que muitos só conheceram o Estatuto de Idoso e outras leis que os amparam a partir da inserção no referido projeto, fortalecendo assim seu processo de empoderamento e luta para garantia de seus direitos.

Conclusões

O envelhecimento da população é um fato, este fenômeno acarreta de igual forma, diversas questões, dentre essas o aumento dos índices de violência contra a pessoa idosa, questões essas que demandam a realização de ações de prevenção e conscientização, exigindo uso de políticas públicas eficientes e eficazes para o combate de tal prática. Tais políticas devem estar o mais próximo possível do (a) idoso (a), para assim poder lutar junto com o Estado e a sociedade de modo geral, pelo combate de qualquer violação de seus direitos. Identificou-se que as ações do Projeto são relevantes e corroboram para o combate dos mais diferentes tipos de violência contra os idosos, asseguram seus direitos, bem como constrói uma nova imagem da velhice e conseqüentemente incentiva os mesmos a lutarem por seus direitos, com uma consciência/visão crítica do seu contexto social. Assim como a difusão na comunidade universitária sobre a discussão da temática e o incentivo à produção de trabalhos científicos.

Referências Bibliográficas

Alencar, MLS. UNITERCI: um espaço para a construção da cidadania. In: Evelin, HB. (Org). **Velhice Cidadã: um processo em construção**. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008.

Assis, M. Aspectos sociais do envelhecimento. In: Saldanha, AL.; Caldas, CP. (orgs). *Saúde do idoso: a arte de cuidar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BRASIL. Estatuto do Idoso: Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. **Balanco das Denúncias de Violações de Direitos Humanos**. 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque100/balancos-e-denuncias/balanco-disque-100-2016-apresentacao-completa/>. Acesso em: 01 de out 2017

Debert, GG. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

Faleiros, VP. **Envelhecimento no Brasil: desafios e compromissos**. 2008.

Goldenberg, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2010. Brasília 2010.

Machado, MNS. **A Questão Social do Idoso Frente as Políticas Sociais**. In: Evelin (org.), *Velhice Cidadã: um processo em construção*, EDUFPA. Belém, 2008.

Magalhães, DN. *A invenção social da velhice*. Rio de Janeiro, edição do autor, 1989.

Minayo, MCS; *Violência Contra o Idoso: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. Brasília: SDM, 2005.

_____. Deslandes, SF.; Gomes, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Neves, ET, Cabral, IE. **Empoderamento da mulher cuidadora de crianças com necessidades especiais de saúde.** Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 552-60, jul-set 2008.

Nunes, ED. **Sobre a história da saúde pública: idéias e autores.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 251-264, 2000. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/politicag_estao/ar_tigoscompleto.htm. Acesso em: 09 de set de 2017.

Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2013 Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pn_ad2013/ Acessado em: 25 de set de 2017.

Santana, HB; Sena, KL. O Idoso e a Representação de si: a novidade na agenda social contemporânea: inclusão do cidadão de mais idade. *A Terceira Idade*, v. 14, n. 28, São Paulo, set. 2003.

São Paulo. Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. **Caderno de Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais.** São Paulo: SMS, v. 2, 2007. 66 p. Série Cadernos Violência e Saúde.

Teixeira, SM. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008, p 326.

Vasconcelos, EM. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias.** São Paulo: Paulus, 2003.